



FISCALIDADE

3.º Ano Licenciaturas - Economia, Gestão e Matemática Aplicada à Economia e Gestão

PARTE II – DIREITO FISCAL

Teste de Aferição de Conhecimentos

Este teste contém perguntas com resposta de escolha múltipla. Apenas uma e só uma é considerada certa. Indique a resposta que considera certa na respectiva quadrícula.

1

O princípio da legalidade em matéria fiscal comporta os seguintes aspectos:

- a) Preeminência da lei, igualdade horizontal e não retroactividade da lei;
- b) Progressividade da lei, igualdade vertical e tipicidade fechada;
- c) Preeminência da lei, reserva absoluta da lei formal e tipicidade fechada;
- d) Preeminência da lei, igualdade vertical e não retroactividade da lei.

2

Quais os seguintes elementos da lei fiscal que estão sobre reserva absoluta da lei formal?

- a) Incidência, taxas, benefícios fiscais e garantias dos contribuintes;
- b) Incidência, obrigações acessórias, benefícios fiscais e regime sancionatório;
- c) Incidência, taxas, garantias dos contribuintes e cobrança;
- d) Incidência, liquidação, cobrança e regime sancionatório.

3

O elemento tipicidade fechada é um dos pilares em que assenta o princípio da legalidade e caracteriza-se por:

- a) Só a lei é fundamento da actividade da administração;
- b) A lei contém em si todos os elementos para a valoração dos factos e produção dos efeitos;
- c) Apenas a lei formal reservada à Assembleia da República pode criar impostos;
- d) É vedada a analogia relativamente às normas em que existe reserva absoluta da lei formal.

4

O princípio da igualdade significa que:

- a) Os indivíduos nas mesmas condições devem pagar os mesmos impostos e os indivíduos em condições diferentes devem pagar impostos diferentes segundo um determinado critério;
- b) Todos os indivíduos devem pagar os mesmos impostos;
- c) A repartição dos impostos pelos cidadãos deve seguir o mesmo critério para todos, independentemente da sua capacidade contributiva;
- d) Só devem pagar impostos os indivíduos que revelem capacidade contributiva.



5

O direito comunitário constitui uma fonte de direito fiscal. Qual dos seguintes instrumentos do direito comunitário tem carácter geral, é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estado membros?

- a) Decisão;
- b) Directiva;
- c) Regulamento;
- d) Recomendação.

6

Qual dos seguintes instrumentos do direito comunitário vincula o Estado membro destinatário quanto aos resultados a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quando à forma e aos meios?

- a) Regulamento;
- b) Recomendação;
- c) Decisão;
- d) Directiva.

7

Refira qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- a) As normas e princípios do direito internacional geral ou comum vigoram, por si mesmas, na ordem interna, fazendo parte integrante do direito português;
- b) As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna;
- c) As normas e princípios do direito internacional geral ou comum não vigoram, por si mesmas, na ordem interna, necessitando de ratificação e publicação oficial do respectivo texto;
- d) As disposições e os tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, no exercício das respectivas competências, apenas são aplicáveis na ordem interna desde que sujeitas a aprovação por lei formal.

8

As convenções para eliminar a dupla tributação sobre o rendimento que Portugal celebrou com vários países seguiu o modelo elaborado pelo:

- a) União Europeia;
- b) OCDE;
- c) Banco Central Europeu;
- d) Fundo Monetário Internacional.

9

Os regulamentos internos emanados da administração tributária, no âmbito dos poderes executivos que lhe estão conferidos, nomeadamente através de circulares ou ofícios circulados:

- a) Vinculam os funcionários da administração tributária e os juízes dos tribunais;
- b) Vinculam os funcionários da administração tributária, os juízes dos tribunais e os particulares;
- c) Não vinculam os funcionários da administração tributária nem os juízes dos tribunais, mas apenas os particulares;
- d) Vinculam os funcionários da administração tributária, mas não vinculam os juízes dos tribunais e os particulares.

10

Quando existe uma desconformidade entre a letra e o espírito da lei fiscal torna-se necessário interpretar a lei. Se resultar numa interpretação extensiva da lei diz-se que:

- a) o espírito da lei é mais amplo que a letra da lei, não sendo permitida a sua aplicação à lei fiscal;
- b) a letra da lei é mais ampla que o espírito da lei, sendo admitida a sua aplicação à lei fiscal;
- c) o espírito da lei é mais amplo que a letra da lei, sendo admitida a sua aplicação à lei fiscal;
- d) a letra da lei é mais ampla que o espírito da lei, não sendo permitida a sua aplicação à lei fiscal.

11

A interpretação doutrinária da lei fiscal consiste na interpretação efectuada por:

- a) Especialistas;
- b) Administração tributária;
- c) Tribunais;
- d) Governo.

12

A integração das lacunas da lei fiscal em sentido formal consiste:

- a) Em interpretar uma norma cujo sentido e alcance importa precisar relativamente ao caso concreto;
- b) Na aplicação ao caso concreto de uma norma aplicável a casos análogos por inexistência de uma norma directamente aplicável ao caso concreto;
- c) Na aplicação ao caso concreto de uma norma que o próprio intérprete criaria por inexistência de uma norma directamente aplicável ao caso concreto,
- d) Nenhuma das respostas anteriores está certa.



13

O Início de vigência de uma norma fiscal ocorre:

- a) No dia fixado no respectivo diploma para a sua entrada em vigor;
- b) Na data da sua distribuição;
- c) No 5.º dia útil após a sua publicação;
- d) As respostas a) e c) estão certas, dependendo da circunstância verificada.

14

Qual das seguintes situações não configura o termo da vigência de uma norma fiscal?

- a) Caducidade;
- b) Revogação expressa;
- c) Inconstitucionalidade;
- d) Revogação tácita.

15

Em que circunstâncias se poderá suscitar dúvida quanto à verificação de aplicação retroactiva de uma lei fiscal?

- a) Aplicação da lei a factos cujas condições para posterior consubstanciação como um facto gerador de obrigação fiscal se iniciaram no domínio da lei antiga, mas o facto gerador da obrigação fiscal ocorre na vigência da lei nova;
- b) Aplicação da lei a factos que ocorreram no domínio da lei antiga mas ainda não foram totalmente produzidos;
- c) Aplicação da lei a factos que não se verificaram por inteiro no domínio da lei antiga, prolongando-se a sua produção já com a lei nova em vigor em razão de se tratar de factos complexos de formação sucessiva;
- d) Aplicação da lei fiscal a factos que se verificaram por inteiro no domínio da lei antiga;

16

Os elementos de conexão do princípio da territorialidade fiscal nos impostos sobre o rendimento são:

- a) Nacionalidade, residência e localização das operações tributáveis;
- b) Nacionalidade, residência e fonte de rendimentos;
- c) Materialidade, residência e fonte de rendimentos;
- d) Nacionalidade, residência e localização do património.

17

Quando a legislação de um país preveja que se considera residente no seu território qualquer cidadão que desloque a sua residência fiscal desse país para país, território ou região, sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, pode-se afirmar que:

- a) O elemento de conexão do princípio da territorialidade é a nacionalidade;
- b) O elemento de conexão do princípio da territorialidade é a fonte do rendimento;
- c) O elemento de conexão do princípio da territorialidade é a residência;
- d) O elemento de conexão do princípio da territorialidade é a nacionalidade e a residência.

18

O conceito de estabelecimento estável é relevante para efeito de tributação do rendimento porque:

- a) Permite caracterizar o elemento fonte de rendimentos como elemento de conexão do princípio da territorialidade relativamente a entidades que obtêm rendimentos num determinado território mas não têm aí sede nem direcção efectiva;
- b) O elemento nacionalidade não é suficiente para se constituir como elemento de conexão do princípio da territorialidade relativamente a entidades que obtêm rendimentos num determinado território mas não têm aí sede nem direcção efectiva;
- c) Permite caracterizar o elemento residência como elemento de conexão do princípio da territorialidade relativamente a entidades que obtêm rendimentos num determinado território mas não têm aí sede nem direcção efectiva;
- d) Permite caracterizar a localização das prestações de serviços para efeitos da sua tributação relativamente a entidades que não têm nesse território sede nem direcção efectiva.

19

A importância da determinação da localização das operações nos impostos sobre a despesa é relevante porque:

- a) A tributação das operações deve efectuar-se no território de destino dos bens.
- b) A tributação das operações deve efectuar-se no território de origem dos bens.
- c) A tributação das operações deve efectuar-se no território onde está localizado o adquirente do serviço.
- d) Nenhuma das respostas anteriores está certa.

20

Considere que um trabalhador com residência em Badajoz (Espanha) atravessa diariamente a fronteira para vir trabalhar numa empresa sediada em Elvas (Portugal). Os rendimentos que este trabalhador auferir vão originar uma situação de:

- a) Dupla tributação económica.
- b) Dupla tributação jurídica.
- c) Dupla tributação juridicamente irrelevante.
- d) Não origina qualquer dupla tributação.

21

Considere que uma sociedade apresenta na demonstração de fluxos de caixa um recebimento € 85.000 proveniente de dividendos de uma sociedade sua participada com sede num país terceiro. A matéria colectável da empresa beneficiária foi de € 500.000 e a taxa de imposto aplicada de 25%. Qual o método para evitar a dupla tributação que a empresa utilizou, considerando que deduziu à colecta o montante de € 15.000?

- a) Método de isenção integral;
- b) Método de isenção com progressividade;
- c) Método do crédito de imposto integral;
- d) Método do crédito de imposto normal.

22

Da relação jurídico-fiscal que decorre da verificação do facto gerador de imposto nasce uma obrigação que se distingue das obrigações jurídicas privadas por:

- a) Ser uma obrigação legal;
- b) Ser uma obrigação que depende de um acto de pronúncia judicial;
- c) Ser uma obrigação renunciável;
- d) As respostas a) e b) estão certas.

23

As obrigações fiscais acessórias visam:

- a) Facilitar o processo de pagamento do imposto;
- b) Possibilitar o apuramento da obrigação do imposto;
- c) Reduzir os custos de cumprimento;
- d) Nenhuma das respostas está certa.

24

O sujeito passivo como um dos elementos da relação jurídico-fiscal corresponde ao:

- a) Elemento titular do direito subjectivo do arrecadar a prestação de imposto;
- b) Elemento que está obrigado a efectuar a prestação de imposto;
- c) Elemento devedor do imposto mas que não suporta efectivamente o respectivo encargo;
- d) As respostas b) e c) estão certas.

25

A substituição tributária verifica-se quando:

- a) A prestação tributária e os deveres acessórios forem exigidos ao sujeito passivo;
- b) A prestação tributária for exigida a pessoa diferente do contribuinte;
- c) A prestação tributária for repercutida numa pessoa diferente do contribuinte;
- d) Nenhuma das respostas anteriores está certa.

26

A responsabilidade fiscal pela totalidade da dívida tributária, pelos juros e demais encargos legais no caso do sujeito passivo originário não cumprir a obrigação fiscal é:

- a) Dos responsáveis subsidiários quando o sujeito passivo evidenciar fundada insuficiência de bens penhoráveis;
- b) Dos responsáveis solidários;
- c) Dos responsáveis subsidiários;
- d) Dos responsáveis solidários e subsidiários conjuntamente.

27

Extinção da obrigação fiscal pode ocorrer por:

- a) Caducidade;
- b) Sucessão fiscal
- c) Prescrição;
- d) Sub-rogação nos direitos da Fazenda Pública.

28

Qual das garantias do cumprimento da obrigação fiscal é considerada uma garantia real?

- a) Fiança legal;
- b) Privilégios creditórios;
- c) Penhor;
- d) As respostas b) e c) estão certas.

29

Uma das garantias materiais dos contribuintes consubstancia-se no direito a:

- a) Revisão da matéria colectável;
- b) Juros indemnizatórios ou juros moratórios;
- c) Audição prévia;
- d) Recurso hierárquico.

30

A reclamação graciosa é considerada uma garantia adjectivo-processual porque:

- a) Permite ao contribuinte o direito de intervir no procedimento tributário;
- b) Integra-se no princípio da igualdade como elemento essencial das garantias dos contribuintes;
- c) Constitui um direito, liberdade e garantia previsto na Constituição;
- d) Integra-se no princípio da legalidade como elemento essencial das garantias dos contribuintes.
